

“Exigir nossos direitos, ensinar democracia”: o Hino do CPERS/Sindicato e a greve de professoras/es de 1987 no Rio Grande do Sul

Ana Cláudia Freitas¹

Resumo: Este trabalho faz parte da minha pesquisa de mestrado, cujo objetivo é investigar, a partir do histórico dos movimentos grevistas chamadas pelo CPERS/Sindicato, ocorridas entre 1985 e 1991, o uso da desobediência civil como tática de luta do movimento docente. Nesta comunicação será analisada o hino não oficial, intitulado “*Avante, professores de pé*” criado durante o movimento da greve realizada pelas professoras estaduais no Rio Grande do Sul em 1987, que durou 96 dias. Cabe destacar que nesta greve as professoras realizaram acampamentos e ocupações como forma de luta diante das ações truculentas do governo de Pedro Simon (PMDB). O objetivo desta análise é observar o discurso veiculado através do hino, seu papel enquanto símbolo de mobilização da luta durante a greve e a relação entre a greve no Rio Grande do Sul com o contexto do período da redemocratização, visto que a letra do hino faz referência ao papel do sindicalismo docente enquanto parte do movimento em busca da democracia. Para tanto, dialogarei com estudos sobre a redemocratização brasileira (Codato, 2005; Teixeira, 2003; Avritzer, 1995) e sobre o movimento sindicalista, em conjunto com a metodologia da análise do discurso, como Fischer (2001), onde é exposta a contribuição do referencial teórico metodológico presente na teoria do discurso, de Michel Foucault, para pesquisas que pretendem analisar discursos relacionados à educação.

Palavras-chave: Sindicalismo docente; Redemocratização brasileira; CPERS/Sindicato.

Considerações iniciais

Em uma breve pesquisa pelo termo CPERS (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul) nos buscadores online, algumas imagens e símbolos já serão expostas. O amarelo e vermelho da logo do sindicato, o site com imagens de professoras reunidas e o símbolo maior do sindicato, a sineta, sem dúvidas se farão presentes nessa primeira busca. Com uma pesquisa mais aprofundada, será perceptível que este objeto utilizado para simbolizar o sindicato possui uma história significativa para a trajetória da organização e que em uma greve, outra marca registrada do CPERS, no ano de 1985, é que ele vai se popularizar.

Se por algum motivo, um espectador estiver vivenciando um momento de assembleia ou protesto do sindicato das professoras do Estado do Rio Grande do Sul é bem provável que este presencie um momento de grande comoção ao ser tocado um hino, cantado por voz

¹Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação em História - UDESC. Bolsista PROMOP (UDESC)

masculina que, juntamente com as sinetas, são entoados pelas professoras e professores presentes. Neste momento há a utilização de elementos simbólicos de um período distinto, mas que seguem tendo sentido ao presente desta organização.

A memória, categoria cara para os estudos da História do Tempo Presente, compreendida como um componente simbólico e material de diferentes processos históricos, é um importante balizador para dar significado às ações tomadas em coletivo. Michael Pollak (1989) localiza a memória enquanto operação coletiva de interpretações do passado, atrelada por espaços de coletividade - partidos, igrejas, sindicatos, famílias, nações, entre outros - como formas conscientes de reforçar sentimentos de pertencimentos diante das fronteiras sociais postas entre estes espaços. Tais referências ao passado servem como maneira de manter certa coesão dos grupos e instituições (POLLAK, 1989, p. 7).

Ao se tratar de movimentos sociais que visam mudanças significativas ao *status quo*, os elementos simbólicos que se inserem em memórias coletivas servem também como formas de gerar a compreensão e o sentimento de pertencimento e a busca por determinadas conquistas sociais e políticas. A memória coletiva serve como um aglutinador para lutas políticas. Segundo Viana (2019), a memória, para os movimentos sociais, adquire um significado importante, visto que “[...] faz parte do processo de resgate das lutas, conquistas, experiências, por parte do movimento social, gerando um conjunto de elementos que reforçam a luta.” (VIANA, 2019, p.83). Elementos que servem como ativadores do sentimento de pertencimento ao movimento são importantes táticas para as lutas sociais, sendo a utilização de hinos frequentemente associada ao despertar da coletividade, agrupando em torno de seu discurso o sentido de vínculo e expondo determinadas reivindicações e enunciados que evidenciam o sentido coletivo do movimento.

Sobre os hinos enquanto gênero, Moraes (2015) ressalta a importância simbólica que o gênero hino remete, incorporando uma historicidade relacionada às condições sociais que ocorrem na interação verbal em momentos significativos de embates ou contemplação.

Partindo deste entendimento, esta análise investiga o discurso presente no hino não oficial “Avante educadores de pé” (CPERS), o qual era e é frequentemente utilizado como um grito de protesto durante os atos, manifestações e assembleias onde as professoras e professores sindicalistas estão organizados e combatendo os ataques à educação e a categoria. Para tal análise, as proposições metodológicas de Michel Foucault em A ordem do Discurso (1996) bem como as presentes no artigo de Rosa Maria Fischer (2001) servirão como aporte a



fim de observar os enunciados presentes no hino. Seja em sua forma discursiva ou em seu uso e contexto de formulação, que estabelecem relação com o contexto político da transição democrática, para além do contexto dos projetos de governo para educação e as reivindicações referentes a categoria docente.

O presente trabalho insere-se na dissertação em andamento no mestrado em História no PPGH-UDESC, intitulada “Greves do CPERS (1985 – 1991): Sindicalismo Docente e o uso da desobediência civil como tática de luta” que investiga, por meio de entrevistas e documentos burocráticos do CPERS, os possíveis sentidos por trás do uso da desobediência civil ao longo de seis greves analisadas no período que se estende de 1985 a 1991 e que se insere ao momento da história política do país compreendido como transição democrática.

O ano da criação do hino analisado é 1985, aparentemente durante os movimentos da greve deste mesmo ano. Contudo, para este trabalho, escolhi o recorte temporal da greve de 1987, de acordo com citação presente no site do Sindicato na aba *Nossa História*: “Avante, professores de pé foi o hino que ecoou nas praças e ruas do Rio Grande do Sul durante a maior greve já realizada pelos(as) educadores(as) até então, e uma das maiores em termos de Brasil e América do Sul.” (CPERS, 2019).

O ano de 1987 é marcado pela maior greve organizada pelo sindicato até o momento, com duração de 96 dias, sendo marcada pela truculência por parte das instituições que amparam o Estado, como a polícia militar e pelo uso de diferentes táticas de protesto pelas sindicalistas, como acampamentos em frente a órgãos públicos.

Procura-se observar os elementos discursivos presentes no hino não oficial que estabelecem relação com o contexto político da transição democrática, para além do contexto dos projetos de governo para educação. Para tanto, as contribuições de autoras e autores que trabalhem com a temática do sindicalismo docente, como Xavier (2013) e Araújo e Ferreira (1998) serão incorporadas à discussão para uma análise que possibilite a compreensão do hino do sindicato como uma demonstração de um movimento político com intenções próprias. Sobre o hino, o artigo de Fischer (2001) bem como de Moraes (2015) abordarão questões referentes ao discurso e as possibilidades de análise e permitem, atrelados aos estudos de outros autores, uma reflexão mais aprofundada sobre o conteúdo discursivo desta fonte e os impactos de seus usos. Ao compreender o sindicalismo como pertencente a uma série de outros movimentos no período da transição democrática, os estudos que tratam sobre este processo, como os de Lohn (2013), Codato (2005) e Santana (2008) inserem-se neste trabalho

a fim de estabelecer o diálogo entre as especificidades da greve do CPERS. O discurso do hino, a própria constituição do sindicalismo docente e as pautas do período, com o momento político do país vivenciado entre as décadas de 1970 e 1980, são abordados considerando o diálogo com tais autores e suas reflexões.

Neste momento, nesta nação: A greve de 1987

A segunda frase do hino não oficial, “Avante educadores de pé”, diz o seguinte: “Nós vamos todos juntos com fé, neste momento, nesta nação” (CPERS). Para entender a relação entre o discurso do hino e a greve ocorrida em 1987, faz-se necessária a compreensão de qual “momento” e qual “nação” este está se referindo.

Os anos de 1950 marcam o período no qual o movimento sindical brasileiro organiza-se politicamente no seio da vida política nacional (Santana, 2008, p. 279). No ano de 1945 registrou-se o Centro dos Professores Primários Estaduais (CPPE) no Rio Grande do Sul que, reivindicava dignidade profissional e educação de qualidade, sem esquecer a defesa da democracia tanto na educação quanto em âmbito nacional. Em 1954 aprovou-se o primeiro Estatuto do Magistério, por influência na participação do 1º Congresso Nacional dos Professores Primários, realizado em Salvador, na Bahia, em 1953. No ano de 1979 ocorreu a primeira greve promovida pelo CPERS, ainda sob o regime da Ditadura Militar e, a partir da década de 1980, foram organizados protestos, paralisações, atos, assembleias e greves.

Atualmente o sindicato se reivindica como o segundo maior sindicato da América Latina. Embora não tenha sido encontrado o dado que comprove essa informação, o quadro de societários passa a quantia de 80 mil professoras, professores e demais profissionais da educação, como os funcionários de escola. Diante de tal magnitude, o CPERS/Sindicato segue promovendo suas principais bandeiras “[...] dignidade e valorização profissional, defesa intransigente da democracia e de uma educação pública, universal, laica e de qualidade.” (CPERS, 2019, s/p.).

Paralelo ao desenvolvimento de políticas educacionais que visavam o alargamento do acesso à educação, bem como o acesso à formação docente, iniciou-se um processo de formação política entre os pares da categoria. Pautas que se relacionam com reivindicações referentes ao reconhecimento da profissão e de seus direitos, à necessidade de estatutos elaborados pelos governos dos estados que indicassem os planos de carreiras, são percebidos já nos anos iniciais da criação do até então CPERS, como aponta Pereira (2020).



Entre a metade final da década de 1970 e a década de 1980 deu-se o processo para a transição democrática no Brasil quando iniciou-se uma gradual abertura política que possibilitou a redemocratização, marcadamente a partir de 1985 com a primeira eleição para a presidência e em 1988, com a Constituição Federal. Com a abertura política, ainda na década de 1970, grupos que até então estavam silenciados e tinham sido lançados à clandestinidade puderam se reorganizar. Em meio a este processo, a luta pela democracia protagonizou as pautas, existindo um avanço na organização de sindicatos e demais entidades representativas da classe trabalhadora. Especificamente sobre a categoria docente, Ferreira e Araújo (1998) destacam que no final da década de 1970 ocorreu o ressurgimento do movimento sindical, o qual diante de suas retomadas adotou uma postura de enfrentamento às políticas do Estado, passando a questionar os limites impostos pelo regime militar, o que as autoras consideram como uma contribuição para a acelerar a crise do regime autoritário e a retomada da democracia.

É possível afirmar que a luta das professoras brasileiros pela democratização do ensino acompanhou a trajetória do movimento sindical na década de 1980. O próprio pensamento pedagógico modernizava-se no entendimento do compromisso político que a educação deveria assumir uma relação com a sociedade, iniciando-se uma luta para que existisse a ocupação da administração educacional, bem como de partidos e políticos, comprometidos para uma escola popular e libertadora (ZIENTARSKI; PEREIRA, 2009.). Libânia Xavier (2013), ao tratar do sindicalismo docente no Rio de Janeiro e em Portugal nas décadas de 1970 e 1980, expõe aspectos que possuem relação com a organização de professoras no sindicato no Rio Grande do Sul no mesmo período, sobretudo no que tange às condições de trabalho e o repertório de lutas, que apelando a diferentes símbolos e artifícios, expunham as reivindicações em forma de protestos e greves. A autora afirma que tais organizações objetivavam confrontar o poder estatal buscando reduzir os mecanismos de controle do Governo, promovendo a possibilidade de aumento da autonomia política da categoria.

Diante disso, a greve realizada pelo CPERS em 1987 buscava a efetivação dos direitos conquistados ainda na greve feita em 1985. Com duração de 96 dias ela foi a maior greve organizada pelo sindicato até o presente. Durante mais de três meses (maio a julho de 1987), as professoras realizaram táticas de luta que visavam escancarar as reivindicações e as proporções do movimento grevista, dentre elas acampamentos em frente ao Palácio do

Piratini, no centro de Porto Alegre e enfrentaram as reações truculentas do governo de Pedro Simon, do PMDB. Uma das reivindicações dos sindicalistas era o cumprimento da lei 8026, que determinava os 2,5 salários-mínimos como piso. As garantias obtidas foram ações que promoviam a estabilidade das professoras, como plano de carreira e não discriminação das professoras aposentadas.

Uma fala do presidente do CPERS entre 1984 e 1987, Paulo Egon Wiederkehr, está presente no site do sindicato e diz o seguinte: “Esta greve aconteceu para manter as conquistas anteriores. O governo do PMDB ajudou a elaborar o acordo do fim da greve de 1985, assinou este documento, mas quando Pedro Simon assumiu não quis cumpri-lo.”(Wiederkehr apud CPERS, 2019). Cabe aqui destacar que tratando-se de luta sindical, há essa dimensão da permanência de reivindicações e da luta pela garantia de direitos conquistados. Conforme fica explícito na fala, o governador Pedro Simon que era conhecido como um aliado das causas dos trabalhadores, naquele contexto promoveu uma espécie de traição política à categoria, o que ficou ainda mais evidente na resposta dada à greve, com truculência e agressão as professoras.

A greve de 1987 é aqui entendida como um indício da situação política, social e econômica do Brasil, sendo que aconteceram outras greves da categoria em diferentes estados do país, como Rio de Janeiro e Santa Catarina.

“Avante educadores de pé!”: O hino do CPERS

Como já exposto, entre 1979 e 1991 o movimento sindical docente no Rio Grande do Sul estava se constituindo no que Beliza Lopes (2019) chama de período das greves de conquista. Na década de 1980 a categoria, organizada no sindicato, alcançou diversas vitórias tanto referentes às condições de trabalho e as políticas de educação. Também se alinhavam com o movimento pelas Diretas Já uma vez que a luta das professoras por uma educação democratizante vai ao encontro das lutas por democracia e cidadania.

O hino não oficial possui em sua letra e melodia uma inspiração direta à outro hino, também relacionado com a luta pela democracia, o Hino da Legalidade, criado em 1961 durante o movimento liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. A legalidade buscava assegurar a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros em 1961 frente às ameaças - que seriam concretizadas em 1964 - de intervenção dos militares.

Tal hino foi tocado nas transmissões na emissora de rádio da Cadeia da Legalidade. De autoria de Lara de Lemos, tornou-se conhecido por convocar os brasileiros em protesto ‘contra o tirano’ e enfatizar o pertencimento à nação.

Mesmo se tratando de recortes temporais e contextos distintos, ambos os hinos representam a luta contra a ditadura, sendo o Hino da Legalidade construído com um discurso que visava combater o avanço do autoritarismo, conclamando liberdade, igualdade e oposição a tirania em um momento de ameaça a democracia. Já o hino do CPERS foi construído em um período no qual se buscava o aprofundamento da democracia, a união de trabalhadores em busca da (re)construção da liberdade e foi cantado/tocado em protestos organizados pelo sindicato, sendo um artifício significativo na mobilização nas diversas lutas protagonizadas na redemocratização.

Esses hinos podem ser compreendidos enquanto uma sequência discursiva, ou seja, o que se é dito, e formações ideológicas, o que se pensa, a maneira como o pensado é exposto pela formação discursiva (Silva; Araújo, 2017). Tratando-se especificamente os enunciados presentes na letra do hino do CPERS, para além da sua evidente relação com o hino da legalidade, expressando sua formação ideológica, notamos palavras que remontam o sentido de união por uma luta maior, a da educação democrática.

A primeira estrofe do hino “*Avante, professores em pé/unidos pela educação/ lutemos todos juntos com fé/neste momento, nesta nação*” indica a quem o discurso se refere, ou seja, aos professores e o sentido de tal conclamação, a possibilidade de avanços para a educação a partir da união da categoria. Delimita, também, a necessidade da luta ser coletiva, com “fé” no presente (década de 1980) e nas possibilidades do futuro através da organização da categoria. Destaca-se que apesar de ser citada a educação, quando o hino diz que é naquele momento e nação, abrange que a luta das professoras não se restringe ao espaço professoral, mas se estende para a nação.

Um fato que evidencia isto é a contribuição das professoras na Constituinte em 1988, visto que o CPERS já estava ligado ao CPB (Confederação dos Professores do Brasil) e participava da campanha “De olho na Constituinte”. Hermes Zaneti, ex-presidente do CPERS, presidiu a subcomissão de Cultura, Educação e Esportes e afirmou em entrevista (Farenzena, 2008) que nas reuniões acerca da educação os movimentos presentes eram em sua maioria próprios para a educação, como a própria CNTE (chamada de CPB naquele momento) e a



ANDES (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior). Sobre tal participação, Correa apresenta as greves do CPERS e expõe:

É no período de 1985 a 1989 – de intensa movimentação em defesa dos interesses econômicos mais imediatos da categoria – que o CPERS direciona seu interesse para a elaboração de propostas que possam subsidiar o debate educacional para as Constituições Federal e Estadual bem como para a discussão em torno da nova Lei de Diretrizes e Bases. Nesse debate dois temas centrais sempre estiveram presentes na pauta de discussões da entidade: “Constituinte e Educação” e “Democratização da Escola”. (CORREA, 2006, p. 10).

Já a segunda estrofe do hino, *“reivindicar verbas mais justas/ para o ensino e categoria/ exigir nossos direitos/ é ensinar a democracia”*, o jogo de palavras que constrói a noção pedagógica que o CPERS propõe vai de fato inserir o tom da relação entre a reivindicação da categoria com o exercício democrático.

Conforme destaca Codato (2005), em relação à política partidária na abertura política, a oposição ao regime (MDB) não estava inserida na oposição da sociedade civil demonstrada pelos movimentos populares. O autor cita a intensa participação dos sindicatos, “O instrumento da moderna classe operária foi na verdade o sindicato. Assim, a forma de ação oposicionista mais eficaz [...] não foi o voto, e sim a greve” (SAES, 1984 apud, CODATO, 2005).

A partir do início da abertura política e da construção de uma transição para a democracia, passaram a existir diversas narrativas que buscavam dominar a opinião pública. Reinaldo Lohn (2008) destaca o papel da imprensa no período da redemocratização e afirma que tais narrativas passaram a valorizar o voto e as eleições como elementos novos na cultura política do país. Cabe aqui salientar as atribuições que o sindicato estabelece ao afirmar que o exercício da luta por melhorias para a educação e para as trabalhadoras está articulado ao ensino da democracia.

Durante a greve de 1987, após a ditadura militar, as professoras receberam como “resposta” as reivindicações e da própria greve, bem como de suas ações de protesto, a reação com violência por parte do governo do PMDB para reprimir e cessar o movimento. Tal fato esteve noticiado e passou a ser uma demanda do sindicato para exemplificar como as ferramentas de opressão contra trabalhadoras e de ataque a educação, ainda se fizeram presente em um momento de reconstrução, inclusive do entendimento do que seria a democracia. De acordo com Rosa Maria Fischer (2001), o discurso se produz em razão das



relações de poder, entende-se que o hino, para as sindicalistas do CPERS, provoca uma possível contestação a tais relações de poder com o Estado e permite a recuperação de elementos que provocam solidariedade e mobilização do coletivo para tal contestação.

Xavier (2008) demonstra que o modo como se deu a transição, sob o controle dos próprios aparatos do regime, delimitou como os movimentos docentes estariam organizados, onde estão postas de um lado as concepções autoritárias e de outro as expectativas democratizantes. No caso do CPERS, tais expectativas estavam já demonstradas no hino, tanto na própria escolha para inspiração no Hino da Legalidade, considerando seu uso simbólico no momento de ameaça, quanto na letra, onde democracia, direitos e a prática de reivindicar no coletivo demonstram o posicionamento da organização das ações de luta das trabalhadoras.

Considerações finais

A criação do hino remonta ao ano de 1985 e, neste trabalho, analisou-se seu discurso em relação com a greve de 1987. Contudo, no presente, o hino segue sendo ecoado juntamente com as sinetas, em momentos de luta, assembleias, protestos e reuniões do sindicato, inclusive em manifestações pelas redes sociais. Tal uso demonstra que mesmo estando em uma democracia, as professoras ainda consideram sua existência enquanto sindicalistas como uma maneira de demonstrar o exercício democrático, para além das eleições.

Ao longo desta análise, procurou-se discutir como, juntamente com outros símbolos do sindicato, o hino serviu como uma forma de aprimorar o senso de identidade coletiva. Buscou-se observar, a partir dos elementos discursivos presentes no hino, possíveis relações com o contexto da transição democrática. Além disso, nota-se o seu uso como uma tática de luta durante a greve de 1987, ao considerar sua relação com as reivindicações específicas para a categoria e ao compreender o sindicato como pertencente a um movimento que possuía contato com a dimensão política nacional que buscava a intensificação do processo de estabelecimento e (re)construção da democracia.

Percebeu-se que o discurso do hino conclama o reconhecimento da força do movimento por parte da categoria. É um chamado à organização e mobilização que afirma a importância da luta para a conquista de direitos da classe, educação e democracia e demonstra



o entendimento da força do sindicato para intervir no estado das coisas, na vida coletiva e não só questões específicas da categoria.

Cabe aqui destacar que tal investigação continua em aberto, sobretudo na dissertação em andamento, onde outras reflexões e fontes documentais podem ser incorporadas, deste modo, cabe a investigação aprofundada entre tais movimentos e sua relação com as reivindicações específicas para a categoria, entendendo o sindicato como pertencente a um movimento que possuía contato com a dimensão política nacional que buscava o aprofundamento da democracia, estando inserido no processo de transição democrática.

Referências

ARAÚJO, Angela M. Carneiro; FERREIRA, Veronica Clemente. CONSTRUINDO UM ESPACO:A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO SINDICAL (1978-1988). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 11, n. 10, p. 55-81, jan. 1998.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, [S.L.], n. 114, p. 197-223, 2001. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-15742001000300009>.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], n. 25, p. 83-106, nov. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782005000200008>.

CORREA, João Jorge. **A HISTÓRIA DO CPERS/SINDICATO E A CONSTRUÇÃO DA SUA PRESENÇA NO DEBATE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**. 2006. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/J/Joao%20jorge%20correa.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

CPERS (Porto Alegre). **Nossa História**. 2019. Disponível em: <https://cpers.com.br/historia/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

FARENZENA, N. Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, educação e cidadania. Entrevista com Hermes Zaneti. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 24, n 2, p. 351-358, maio/ago. 2008.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Um longo presente: O papel da imprensa no processo de redemocratização - a Folha de São Paulo em 1974. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, jul./dez. 2013. p. 72 - 107.

LOPES, Beliza Stasinski. **PEDAGOGIA DA LUTA: AÇÕES DE PROTESTO E GREVES DE CONQUISTA E RESISTÊNCIA DO CPERS/SINDICATO EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO**. 2019. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2019.

MORAES, Flávio Henrique. **O GÊNERO HINO NA PERSPECTIVA BAKHTINIANA: UMA ABORDAGEM DIALÓGICA DO HINO DO MST E DE OUTROS ENUNCIADOS**



CONCRETOS. 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Política & Sociedade**, [S.L.], v. 7, n. 13, p. 279-309, 10 fev. 2008. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2008v7n13p279>.

VIANA, Nildo. MEMÓRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS. **Movimentos Sociais**, [S.L.], v. 4, n. 6, p. 79-113, jun. 2019.

ZIENTARSKI, Clarice; PEREIRA, Sueli Menezes. OS CAMINHOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: QUAL O PAPEL DOS EDUCADORES NESTE PROCESSO? **Revista Histedbr On-Line**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 154-166, jun. 2009.

PEREIRA, Lisiane Beltrão. **Práticas de resistência e atuação política do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - CPERS no período final da ditadura civil - militar (1979 a 1984)**. 2020. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

XAVIER, Libania Nacif. Os movimentos docentes brasileiro e português na virada dos anos 1970 - 80. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 234 - 257.